

PROCESSOS DE REEXISTÊNCIA NA TROCA DE CARTAS ENTRE ADOLESCENTES INTERNOS DA FUNDAÇÃO CASA E EDUCADORES DO PROGRAMA JUVENTUDES DO SESC EM SÃO PAULO

PROCESSES OF RE-EXISTENCE THROUGH LETTERS EXCHANGE BETWEEN ADOLESCENTS AT FUNDAÇÃO CASA AND EDUCATORS FROM SESC'S YOUTH PROGRAM IN SÃO PAULO

Rafael Felix Pelvini

Mestre em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Bacharel em Pedagogia pela Universidade Metodista de São Paulo. Atua como educador no Sesc Santo André, desenvolvendo processos criativos com adolescentes em situação de vulnerabilidade e em cumprimento de medidas socioeducativas. Possui experiência em educação social e arte-educação.

E-mail: rafael.pelvini@sescsp.org.br

Juliana Fonseca de Oliveira Neri

Pós-doutorado em andamento na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Atua como professora em programas de pós-graduação. Possui ampla experiência em políticas públicas, currículo e formação docente. Desenvolve pesquisas voltadas à educação em direitos humanos e enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes. Também atuou em gestão educacional e formação de professores em redes públicas e instituições sociais.

E-mail: jfoneri@pucsp.br

Resumo: Este artigo objetiva analisar a troca de cartas entre adolescentes cumprindo medida socioeducativa de internação nas unidades da Fundação Casa de Santo André e Diadema, e a equipe educadora do Sesc Santo André, no contexto da pandemia de covid-19, como um processo de “reexistência” que fortaleceu as narrativas e identidades de adolescentes internos e que está descrita na pesquisa *Cartas para CASA: reflexões sobre os sentidos da escola para jovens em conflito com a lei* (Pelvini, 2024), orientada por Juliana Fonseca de Oliveira Neri. A pesquisa descreve um trabalho que garantiu a continuidade da ação pedagógica com esse público durante o isolamento social, respeitando suas especificidades e a importância de ouvir e valorizar as perspectivas dos adolescentes sobre suas identidades e seus futuros. O artigo busca descrever a abordagem qualitativa e participativa dessa pesquisa, fundamentando-se nos conceitos de justiça curricular (Ponce; Neri, 2017) e

de estratégias de sobrevivência (Souza Neto, 2002), discutindo os processos de “reexistência” decorridos. Destaca também o papel da Fundação Casa e do Sesc em São Paulo como fortalecedor de uma escola básica com um currículo que garanta a permanência e a vida desses adolescentes. As considerações finais do artigo sugerem que a valorização das expressões culturais juvenis pode contribuir para a construção de novas trajetórias para adolescentes e jovens cumprindo medida socioeducativa.

Palavras-chave: Socioeducação. Justiça curricular. Adolescentes em conflito com a lei. Sesc em São Paulo. Fundação Casa.

Abstract: This article aims to analyze the exchange of letters between adolescents serving socio-educational confinement measures in the Fundação Casa units of Santo André and Diadema and the educational team of Sesc Santo André during the covid-19 pandemic. This exchange is interpreted as a process of “re-existence” that strengthened the narratives and identities of the confined adolescents, as described in the research project Letters to CASA: Reflections on the Meanings of School for Youth in Conflict with the Law (Pelvini, 2024) supervised by Juliana Fonseca de Oliveira Neri. The research outlines a pedagogical initiative that ensured the continuity of educational actions with this group during social isolation, respecting their specificities and emphasizing the importance of listening to and valuing adolescents’ perspectives on their identities and futures. The article describes the qualitative and participatory approach of the research, grounded in the concepts of curricular justice (Ponce; Neri, 2017) and socio-education (Souza Neto, 2018), discussing the resulting processes of “re-existence”. It also highlights the role of Fundação Casa and Sesc in São Paulo in strengthening a basic education curriculum that ensures the persistence and well-being of these adolescents. The article’s concluding remarks suggest that valuing youth cultural expressions can contribute to building new trajectories for adolescents and young people serving socio-educational measures.

Keywords: Socio-education. Curricular justice. Adolescents in conflict with the law. Sesc in São Paulo. Fundação Casa.

INTRODUÇÃO

Em março de 2020, com o início do isolamento social por conta da covid-19, o mundo foi desafiado a descobrir novas maneiras de continuidade e de existência. Esse cenário vai ganhando tons ainda mais graves quando falamos de educação e vai se tornando ainda mais complexo quando pensamos na educação para os mais vulneráveis economicamente, para as pessoas em situação de violência, para as crianças e os adolescentes vivendo em sérias contradições sociais.

Este artigo tem por objetivo geral analisar a troca de cartas escritas por adolescentes cumprindo medida socioeducativa em uma ação promovida entre o Serviço Social do Comércio (Sesc) no estado de São Paulo, na unidade de Santo André, e as unidades da Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente (Casa) de Santo André (I e II) e Diadema, na região do Grande ABCD, também no estado de São Paulo. A ação compreende uma troca de cartas ocorrida no contexto pandêmico da covid-19 entre adolescentes internos e a equipe educadora do Sesc. O artigo fará uma abordagem mais breve desse material coletado, já estudado com maior complexidade na dissertação em Educação: Currículo chamada *Cartas para CASA: reflexões sobre os sentidos da escola para jovens em conflito com a lei*, com orientação de Juliana Fonseca de Oliveira Neri.

Neste texto nos apoiamos nos conceitos de justiça curricular e de socioeducação, e também em estudos da teoria crítica do currículo. Para isso, o artigo se divide em seções que buscarão trazer a adolescência como soma de possibilidades, descrever o método do trabalho de troca de cartas, seus resultados e questões éticas, e, nas considerações finais, apontar algumas sugestões a partir das reflexões levantadas.

O material pedagógico estudado – as cartas – consiste em 285 testemunhos de adolescentes cumprindo medida socioeducativa de internação, divididos em 333 páginas e disponíveis no trabalho supracitado. Lá, falaram sobre si mesmos e sobre seus caminhos e suas possibilidades de futuro. Por si só, já é um material importante: é a própria voz dos adolescentes.

Coube àquela dissertação e agora a este texto a tentativa de capturar nesse material algumas percepções contributivas para as áreas da socioeducação e da metodologia participativa. Segundo Antonio Chizzotti (2011, p. 104), esse tipo de testemunho possui

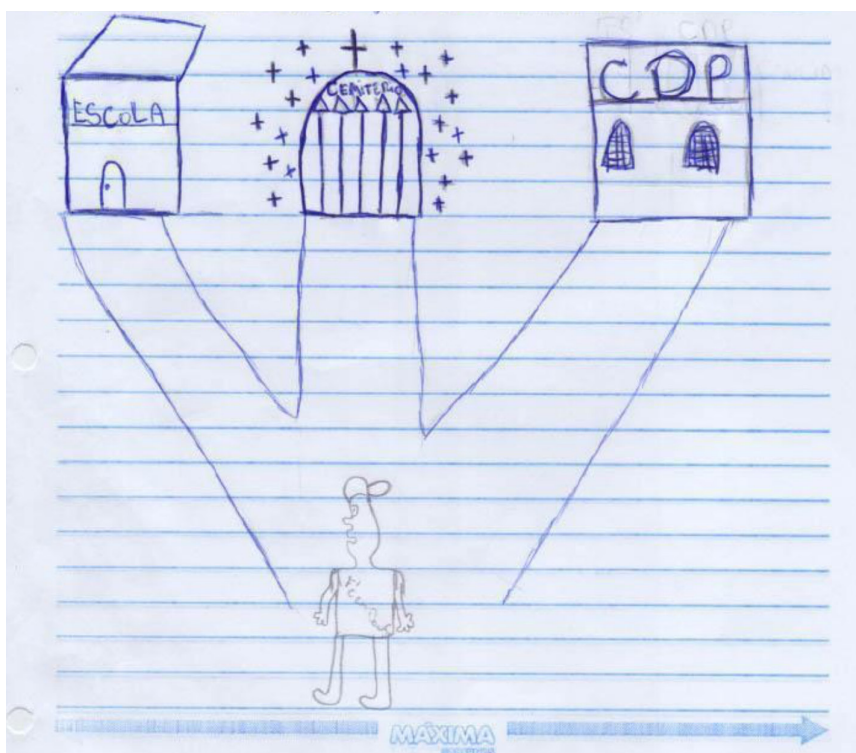
[...] uma importância e autoridade relevantes no esclarecimento de eventos candentes, em que, em um texto narrativo, o protagonista ou testemunha de um fato conta na primeira pessoa uma experiência significativa de vida, tendo em vista denunciar uma situação sociopolítica adversa, com a finalidade de mudá-la ou chamar a atenção para uma reivindicação, ou eventos-limite, sejam eles sublimes, trágicos ou abjetos.

Esses testemunhos nos apresentam que a escola é vista pelos adolescentes como um lugar de esperança, mesmo não atendendo aos anseios e contextos deles, o que nos convida a pensar quais currículos escolares esses jovens devem percorrer em suas existências. Do ponto de vista da justiça curricular, conceito cunhado por Branca Ponce e Carlinda Leite (2019, p. 794):

É ingenuidade pensar que os currículos escolares são neutros na forma como são organizados e nos processos educativos que os concretizam. Sendo o acesso à educação escolar um direito, é importante assegurar condições de permanência com êxito aos educandos, em especial em países onde a pobreza e a discriminação a dificultam, e zelar para que sejam seguidos princípios de justiça curricular promotores de justiça social.

Foi graças às vozes dos adolescentes que aquela pesquisa pôde estabelecer recomendações e sugestões de ação. Por isso, é importante que neste artigo tratemos da metodologia qualitativa e participativa que levou às conclusões daquela pesquisa, que já se apresentam na carta ilustrada na Figura 1.

Figura 1: Futuro



Fonte: Pelvini (2024, p. 128).

Essa carta foi recebida no contexto de uma ação do Programa Juventudes do Sesc:

No Sesc em São Paulo, o programa Juventudes vem sendo estruturado para atender o público entre treze e 29 anos em todas as suas unidades. Apesar de algumas unidades do Sesc já executarem ações específicas

para adolescentes e jovens antes de 2013, é neste ano que a instituição cria este programa, estabelecendo como objetivo a promoção da autonomia e desenvolvimento de noções de responsabilidade e ética na relação com os jovens, com o respeito às suas especificidades e diferenças, colaborando para o desenvolvimento de suas potencialidades.

Ao estabelecer princípios norteadores – fazer com o jovem, reconhecê-lo como ser criativo, criar condições de diálogo e troca, promover a formação de vínculos – o Sesc dá a liberdade necessária para que a equipe educativa de cada unidade construa, elabore e execute o currículo que julgar mais poderoso [...] (Pelvini, 2024, p. 64-65).

Poder, aqui, é usado na definição de Michael Young (2014), que se refere a um percurso educacional capaz de prover os jovens de recursos para explicações e para pensar alternativas, qualquer que seja a área de conhecimento e a etapa da escolarização. Dessa forma, partindo dessa premissa, o Sesc em São Paulo é capaz de oferecer novas possibilidades de existência aos adolescentes e jovens que atende, fortalecendo os serviços públicos nas parcerias de que participa.

Este artigo, portanto, busca trazer essa ação como contribuição aos processos de reexistência das pessoas participantes envolvidas, oferecendo, assim, propostas metodológicas dentro da temática das adolescências.

A ADOLESCÊNCIA É UMA SOMA DE POSSIBILIDADES

A frase que intitula esta seção, atribuída a Albert Camus, nos convida a pensar a socioeducação para adolescentes a partir daquilo que eles têm a dizer. Sob a sombra das vulnerabilidades e violências sociais, alguns filtros teóricos são importantes para que contemplemos todas as oportunidades retiradas das adolescências cumprindo medida socioeducativa. É preciso trazer essas outras humanidades para o centro da ação educativa, com a indagação feita por Miguel Arroyo (2023, p. 23):

De que vivências de cruéis desumanizações chegam e sobretudo de que vivências re-existent por recuperar na humanidade roubada? Reafirmada no seu re-existir. Paulo Freire nos lembrava não ver os educandos como contas vazias a serem preenchidas, mas reconhecê-los sujeitos de re-existent matrizes de humanização, de saberes, valores, culturas, identidades. Sujeitos de outra humanidade.

Um olhar direcionado para as manifestações artísticas e culturais dessa população de adolescentes deve compreender o potencial educativo e a oportunidade de

ação educativa que moram nessas mesmas manifestações. Só assim podemos oferecer possibilidades de existência e (re)existência que sejam, no limite, garantias de vida – pois a relação entre violência e juventude, no Brasil, é triste e factual¹.

Em contraposição ao individualismo e em diálogo com o sujeito histórico a caminho de sua universalidade (Gramsci, 1968), Antonio da Costa (2005, p. 22-23) nos chama a atenção para o conceito de protagonismo juvenil:

[...] ajudar o adolescente a construir sua autonomia, através da geração de espaços e situações propiciadoras de sua participação criativa, construtiva e solidária na solução de problemas reais, como já dissemos, na escola, na comunidade e na vida social mais ampla. [...] O protagonismo juvenil é uma forma de atuação com os jovens, a partir do que sentem e percebem da sua realidade. Não se trata de uma atuação para os jovens, muito menos de uma atuação sobre os jovens. Portanto, trata-se de uma postura pedagógica visceralmente contrária a qualquer tipo de paternalismo, assistencialismo ou manipulação.

Como esses adolescentes e jovens sentem e percebem sua realidade num processo de participação criativa, construtiva e solidária? Para nos orientarmos nessa pergunta, é necessário pensarmos seus percursos educativos – ou seja, seu currículo. Os princípios da justiça curricular e sua busca pela dignidade humana parecem nos oferecer a solidez necessária para trilhar esse caminho. Se considerarmos a escola com base em Juliana Fonseca de Oliveira Neri (2018, p. 71), chegaremos ao seguinte pensamento:

O currículo escolar organizado, planejado e praticado para atender a demandas da realidade proporciona a produção de conhecimentos vivos, em permanente processo de construção. Esse processo de construção depende de uma escuta, de abertura para as demandas e os saberes dos educandos, em um movimento em que todos são sujeitos.

E a justiça curricular vai além do conhecimento escolar, preocupando-se com a educação integral desses adolescentes:

¹ Conforme apontava o Atlas da Violência de 2023 (Cerqueira, 2023): a cada 20 minutos, um jovem entre 15 e 29 anos era vítima de homicídio no Brasil, em um país que tem por fenômeno histórico a violência contra pessoas negras. Em 2024, o documento apontava que 49,2% das vítimas de homicídio eram jovens de 15 a 29 anos, com predominância em jovens do sexo masculino (Cerqueira, 2024).

A justiça curricular prevê a permanência exitosa do educando na escola e na vida e toma por currículo todo o processo de ensino-aprendizagem-convivência-cuidado na construção do conhecimento significativo para a vida, que vai sendo subjetivamente apropriado pelo educando ao longo do processo e vai permitindo a ele compreender o mundo e a si mesmo de modo crítico e reflexivo (Ponce; Neri, 2017, p. 1223).

A socioeducação e a justiça curricular, portanto, são conceitos que se fortalecem à medida que se complementam em intenção conceitual. São áreas que nos oferecem a compreensão de que as possibilidades de ser adolescente podem ir contra a maré do ato infracional e ser a pulsão de vida necessária para promover novas trajetórias, novos caminhos.

Uma das principais ferramentas de expressão dessas possibilidades é o *funk*. Manifestação cultural e artística ainda encarada com preconceito, é também cultura das juventudes, influenciando a identidade e o modo de resistência a sistemas de poder. Surge como forma de comunicação dos jovens.

O trabalho pedagógico da troca de cartas pôde acolher essa manifestação, sobretudo porque promovido por uma instituição não escolar e elaborado com um educador social – proporcionando um currículo mais flexível. Sobre como a escola pode acolher essas linguagens, a dissertação *Cartas para CASA: reflexões sobre os sentidos da escola para jovens em conflito com a lei* nos traz o seguinte:

O currículo escolar pode se inspirar nas experiências em educação não-formal e na Pedagogia Social para promover experiências artísticas em variadas linguagens, trazendo momentos de expressão para de fato construir uma escuta dos anseios dos adolescentes. A possibilidade de trazer o *funk* para dentro da ação pedagógica deve ser considerada; acolhendo, sem preconceitos, as possibilidades que esse movimento cultural e artístico oferece. E, para isso, precisamos reconhecer o *funk* como movimento cultural e artístico. Para atuar na resignificação destas existências, precisamos estar perto delas. [...] É um movimento de grande valor, pois este intercâmbio contribuiria na construção de um currículo mais significativo para os estudantes, a partir de suas experiências. A legitimação daquilo que produzem, enquanto fruição artística, resulta em engajamento – simplesmente por sentirem-se ouvidos, pertencentes e atuantes (Pelvini, 2024, p. 100-101).

Trazer as possibilidades de existência para a ação educativa, dentro e fora da escola, parece ser ainda mais efetivo quando essa ação acontece dentro de uma rede de instituições que possam se enxergar, se fortalecer e, conseqüentemente, garantir uma educação que de fato faça sentido a adolescentes e jovens cumprindo medida socioeducativa.

No caso que trazemos para este artigo, essa ação em rede se tornou ainda mais possível devido a um tempo em que a humanidade se via sensibilizada por conta da pandemia da covid-19.

UM MÉTODO POSSÍVEL EM MEIO AO ISOLAMENTO SOCIAL DEVIDO À COVID-19

O mundo viveu o que foi chamado de isolamento social a partir de março de 2020, com o fechamento temporário das instituições e um crescimento vertiginoso de atividades a distância. O isolamento também interrompeu o início de um atendimento feito pelo Sesc Santo André a jovens cumprindo internação nas unidades Santo André I e II e Diadema da Fundação Casa: semanalmente, grupos de até 15 jovens que estavam prestes a ganhar liberdade visitariam o Sesc para ações artísticas e socioeducativas elaboradas pela equipe educadora.

Com o início do isolamento social por conta da pandemia, chegou-se a apenas uma conclusão em relação às pessoas vivendo em privação de liberdade, nesse caso, esse grupo de adolescentes: já isolados do resto da sociedade, a interrupção de atendimentos como aquele iria isolá-los em dobro. Como dar continuidade, então, a algo que mal havia começado?

Como pessoas elaboradoras do projeto em questão, o primeiro caminho que surgiu para a equipe de educadoras foi entenderem-se também como pessoas pesquisadoras. Isso incluiu uma grande dedicação ao estudo nas áreas das medidas socioeducativas, das adolescências e da socioeducação num geral – algo que se tornou mais possível com a nova realidade em questão: o tempo de trabalho feito em casa. Isso proporcionou não só maior aproximação da equipe com os conceitos não familiares, mas também garantiu maior tempo de planejamento. Nesse sentido, a supervisão deste trabalho, também incluída e compreendida como pesquisadora, pôde proporcionar uma maior articulação do que foi planejado com as instituições parceiras.

Esse tempo de estudo é importante de ser ressaltado porque ele demonstra que dedicação e orientação também são formadoras de experiência e bons projetos. Contudo, a presença de um educador social, com experiência em serviços de assistência e de atendimento de reintegração na sociedade, fez nítida diferença para aquele atendimento.

O trabalho com adolescentes em conflito com a lei naquele espaço já acontecia desde 2019, com jovens cumprindo medida em meio aberto. Um dos elementos teóricos utilizados na escrita do projeto foi o Sistema Nacional Socioeducativo – Sinase (Brasil, 2006, p. 60), que prevê assegurar e consolidar parcerias entre serviços de medida e de iniciativas privadas. Outro elemento que já se tinha como base é que o adolescente não é o ato infracional que cometeu – ou seja, não pode ser definido nem categorizado pelo que cometeu. O trabalho educativo toma este sentido: entende a circunstância da violência e da falta de oportunidades como geradora do ato infracional.

Quanto à troca de cartas, já estava estabelecido, desde 2019, o contato com as unidades da Fundação Casa de Santo André e de Diadema – as mais próximas do Sesc Santo André. Esse contato foi intermediado, em um primeiro momento, pelo educador do Sesc, Rafael Pelvini, que atuou previamente na Fundação Casa de Diadema como articulador social e fora educador social no mesmo município.

Isso garantiu uma relação de confiança entre as instituições: no papel de articulador social, o então educador pôde mostrar a ambos os lados – Sesc e Fundação Casa – as possibilidades de esse atendimento acontecer em segurança para todas as partes envolvidas. Esse profissional já era conhecido por executar sua função como articulador:

Um bom profissional nesta função é capaz de realizar parcerias e convênios fundamentais para a instituição além de obter doações e auxílio de outras entidades. [...] É sem dúvida uma função primordial para o desenvolvimento da rede de amparo ao adolescente. Além dos convênios, parcerias e doações, os articuladores também funcionam como uma espécie de relações públicas que, se bem preparados, são capazes de minar a resistência que muitas localidades apresentam com relação à Fundação por meio de apresentações culturais e de serviços prestados pelos adolescentes. Como dito, é uma função primordial na medida em que pode possibilitar a abertura da instituição para a sociedade e, o que é mais importante, desta para a instituição e seus egressos (Lima, 2010, p. 11)

Contratado por uma ONG como articulador social da Fundação Casa de Diadema, Rafael Pelvini construiu laços com os profissionais, sejam os do estado ou os do terceiro setor, fez pontes com serviços de saúde e assistência, promoveu retirada de documentos de identidade dos adolescentes, montou uma biblioteca comunitária apenas com doações de livros de diversas empresas, garantiu a credencial plena do Sesc em São Paulo para aqueles que eram habilitados a tal, implementou os primeiros encontros do

Programa de Assistência Religiosa, garantiu a programação de ações educativas, comunitárias, culturais e artísticas para os adolescentes, entre tantas outras ações que o fizeram um nome de confiança para a instituição, visto que seu trabalho se mostrou eficiente nas divisões de que fez parte. Essa trajetória do ora articulador e então educador do Sesc contribuiu para que a troca de cartas entre os adolescentes fosse autorizada. Percebia-se também um desejo daquelas unidades da Fundação Casa participantes dessa ação de aproximar-se de um equipamento cultural robusto como é o Sesc.

A pandemia da covid-19 também diminuiu as ações feitas no âmbito socioeducativo, assim como em todas as outras áreas. A ação da troca de cartas, portanto, era bem-vinda naquele momento, juntando-se à trajetória do intermediador dessa ação o profissionalismo das outras educadoras envolvidas, o respeito atribuído ao Sesc em São Paulo e o total sigilo e privacidade garantido aos jovens internos participantes.

Quando esse trabalho foi efetivamente iniciado com os adolescentes, foram enviadas três cartas no início de 2021, em janeiro, fevereiro e março. Cada carta foi escrita por cada pessoa educadora do Sesc, integrante do Programa Juventudes da unidade Santo André. O alcance foi de cerca de 180 adolescentes do sexo masculino, e nem todos responderam às três cartas, devido à finitude da medida socioeducativa.

Cada carta foi acompanhada de um *pen drive* com um vídeo em que cada pessoa educadora explicava o que estava escrito, deixando nítido que responder era um convite, não uma obrigação. O vídeo buscava contemplar adolescentes não alfabetizados ou com dificuldades de leitura. A resposta poderia acontecer da forma que o adolescente escolhesse: escrita, desenhada, com letras de música, respondendo diretamente à pergunta que fizemos ou não. Foi garantido a eles o direito ao sigilo e à privacidade, sem qualquer exposição de suas identidades ou endereços, ou qualquer informação que pudesse revelar quem eram. Esse “passo a passo” das cartas foi elaborado pela equipe de educadoras do Sesc, incluindo o autor citado, e toda a sua fundamentação teórica foi definida, portanto, por educadores que eram também pesquisadores, aspecto indispensável para uma ação como essa.

Em *Cartas para CASA: reflexões sobre os sentidos da escola para jovens em conflito com a lei* (Pelvini, 2024, p. 39-40), é descrito o conteúdo de cada carta e como foram escritas:

[...] seu conteúdo consistia em: nos apresentar; apresentar o Sesc em São Paulo; desejar que nos conhecêssemos pessoalmente, uma provocação poética e uma pergunta a ser respondida. [...] As perguntas foram criadas por nós a partir dos estudos em Adolescências e Juventudes. À época, o curta-documentário “Medo de Sobrar, Medo de Sonhar” (2018), da produtora INFAME, realização do Sesc em São Paulo, nos ajudou a elaborar as

perguntas enviadas, propositadamente abertas, e até mesmo filosóficas, para que pudessem abarcar a liberdade de expressão dos jovens:

Quem é você agora?

Para onde você vai? Para onde você volta?

Qual seu caminho possível? Qual seu caminho desejado?

A ideia compartilhada com os jovens é que também tivessem em vista a possibilidade de suas cartas se transformarem em obras artísticas ou publicações futuras. Os jovens entenderam que poderiam se expressar livremente, como é possível verificar ao consultar esta pesquisa. É essencial para este trabalho que o grupo tenha entendido a livre expressão como possibilidade. Isso acontece porque sentiram, nesse processo, que as pessoas educadoras confiavam na capacidade deles de elaboração de si, do outro e do mundo.

TRAJETOS DE REEXISTÊNCIA: O QUE OS ADOLESCENTES NOS DIZEM

Como os adolescentes participantes desta pesquisa existem, resistem e reexistem? Percebe-se, na leitura das cartas, diversas temáticas que proporcionam múltiplas leituras e interpretações de como leem o mundo. Há alguns aspectos que destacamos, pois surgem logo à vista.

O primeiro diz respeito às identidades e origens. Os adolescentes costumam se definir como pessoas em processo de regeneração, entendendo aquele momento de internação a partir da culpa e da penalidade. Histórias de vida marcadas pelas ausências aparecem comumente em relatos tristes e viscerais, chamando-nos a atenção para as violências que estão mais presentes em classes sociais mais baixas. É possível aliar essas releituras de suas próprias histórias aos dados factuais de raça e gênero disponíveis nos boletins estatísticos da Fundação Casa no estado de São Paulo². Uma consulta feita ao boletim de 20 de dezembro de 2024 nos mostra que, dos 4.009 adolescentes internos, 95,90% são do gênero masculino. Quanto à autodeclaração de raça, a maioria se apresenta como parda (57,46%) ou preta (13,94%). Historicamente, nessa instituição, essa proporção sofre pouca flutuação, e esse contexto é o mesmo encontrado na época da troca de cartas, em 2021.

Do ponto de vista das discussões em teoria curricular, que devem guiar a construção de currículos escolares que distanciem esses jovens de situações análogas ao crime e, portanto, do ambiente de privação de liberdade, Tomás Tadeu da Silva (2023, p. 101-102) nos diz:

2 Os boletins estatísticos da Fundação Casa do estado de São Paulo são disponibilizados semanalmente no seguinte *link*: <https://fundacaocasa.sp.gov.br/index.php/boletins/>.

É através do vínculo entre conhecimento, identidade e poder que os temas da raça e da etnia ganham seu lugar na teoria curricular. [...] Em termos de representação racial, o texto curricular conserva, de forma evidente, as marcas da herança colonial. O currículo é, sem dúvida, entre outras coisas, um texto racial. A questão da raça e da etnia não é simplesmente um “tema transversal”: ela é uma questão central de conhecimento, poder e identidade.

Essa “questão central” do currículo escolar parece distante da atual execução das políticas educacionais e talvez fosse mais efetiva se de fato a escola tivesse possibilidades de superação de diversas questões estruturais, para então garantir a permanência dessas identidades em ambientes escolares.

O segundo aspecto a destacar nas cartas é justamente este: a relação com a escola e o conhecimento. A defasagem escolar também pode ser verificada no boletim estatístico da Fundação Casa, mas um breve olhar no material coletado já chama a atenção para as dificuldades de escrita, erros gramaticais e ortográficos que não são adequados à idade que os jovens participantes têm (entre 12 e 21 anos). Isso diz muito sobre suas trajetórias escolares.

No entanto, superam essas dificuldades na alfabetização que receberam, demonstram total capacidade de elaboração de suas histórias e oferecem ao leitor críticas, proposições e esperanças.

É o que Paulo Freire (1982, p. 7) anunciava em *A importância do ato de ler*: a leitura do mundo precede a leitura da palavra:

E aprender a ler, a escrever, alfabetizar-se é, antes de mais nada, aprender a ler o mundo, compreender o seu contexto, não numa manipulação mecânica de palavras, mas numa relação dinâmica que vincula linguagem e realidade. Ademais, a aprendizagem da leitura e a alfabetização são atos de educação e educação é um ato fundamentalmente político.

É nessa dialética que se constrói o conhecimento apresentado. Superar essa adversidade, para os jovens, é um ato que aparece principalmente no terceiro aspecto a ser ressaltado na leitura das cartas: o *funk*. Principal expressão de cultura juvenil no Brasil do início deste século em todas as classes sociais (Cymrot, 2022), o *funk* aparece em letras autorais e de artistas jovens que já passaram pelo sistema socioeducativo de privação de liberdade para adolescentes ou que são oriundos da mesma classe ou condição social, sujeitos às mesmas vulnerabilidades.

Esse estilo musical instrumentaliza os adolescentes com repertórios de imaginário e representações do cotidiano. É, também, um lugar subjetivo de criação e fruição artística, e isso aparece tanto nas cartas em que jovens compartilham as letras que escrevem como na capacidade de decorar *funks* de amigos em meio à adversidade, colocando no papel o que escutaram. Isso aparecer no *funk*, movimento e estilo de música colocados como inferior e de má qualidade, é defendido pelo autor de *Cartas para CASA: reflexões sobre os sentidos da escola para jovens em conflito com a lei* como um movimento de arte de resistência à dominação cultural vigente.

Esses elementos surgem, por exemplo, na letra de “Se a vida mudar”, de MC Nathan ZK (2020), artista paulistano muito referenciado nas cartas:

Se a vida mudar
Aumentar as de 100
Eu vou tá “suavão”
Na praia mês que vem
[...]
A fase não tá boa
De pouco em pouco
Estamos melhorando
Tendo a convicção
Que toda essa má fase
Vai passar passando.

Essa “má fase” é frequentemente referenciada pelos jovens atrelada à letra da música ou não. O desejo de sair dela é aparente em todas as cartas que falam sobre isso. O que nos leva ao quarto aspecto a ser ressaltado: as perspectivas de futuro e transformação.

Nas cartas, o futuro sempre aparece relacionado com a importância do suporte da família, a quem ele apresenta dever total respeito e admiração. Figuras femininas têm protagonismo nesse sentido, sendo a mãe (ou correlatas, como a avó ou uma tia) a pessoa por quem o adolescente mais tem veneração. O amor pela mãe representado nas cartas nos mostra que, quando e se fortalecidas, essas mulheres oferecem um papel central na mudança de vida e de trajetória dos adolescentes.

O caminho para o futuro e a transformação de suas histórias, garantido o apoio da família e dos entes queridos, sempre apresenta: ganhar a liberdade, voltar aos estudos, profissionalizar-se e sair da vida “do crime”. É importante que haja o suporte educacional para que isso aconteça, assim como o vínculo emocional construído com educadores e profissionais envolvidos nas ações socioeducativas.

São aspectos que formam os trajetos de reexistência vistos nesse processo de troca de cartas, que contribui para a formação de identidades resilientes das pessoas adultas envolvidas, impactando a maneira como ambas as instituições (Sesc e Fundação Casa) atuam com esses adolescentes. Contribui, também, para a ressignificação da condição dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas. As cartas apresentadas no trabalho *Cartas para CASA: reflexões sobre os sentidos da escola para jovens em conflito com a lei* (Pelvini, 2024) podem informar sobre práticas pedagógicas que fortaleçam as políticas públicas para adolescentes em conflito com a lei, a partir do que dizem esses mesmos adolescentes.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), mais que uma lei que define as medidas socioeducativas, é um projeto de sociedade. É também nele que precisamos nos debruçar, para colocá-lo efetivamente em prática, garantindo assim os direitos básicos de uma população juvenil que deveria estar livre e na escola.

Em síntese, podemos interpretar que o que os adolescentes nos dizem nas cartas é que os trajetos de suas reexistências não se fazem sozinhos, contando apenas com as suas resistências. É um caminho mais possível num esforço coletivo para que o ECA seja respeitado integralmente, para que suas origens e identidades marcadas por ausências se revertam em encontros, em convivência, em vínculos, em apoio para a profissionalização e retomada dos estudos como reais possibilidades para “sair da vida do crime”. É um trajeto mais promissor quando as instituições educativas (formais e não formais) investem na construção de conhecimentos promotores de vida digna, que considerem e deem espaço à expressão da cultura juvenil, que ampliem possibilidades de criação e fruição. Possíveis rotas desses trajetos são anunciadas nas cartas, e o caminho poderá ser melhor se os caminhantes não estiverem sozinhos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ação de troca de cartas entre jovens e adolescentes da Fundação Casa com a equipe de educadores socioeducativos do Sesc Santo André demonstra uma possibilidade de trabalho socioeducativo com o adolescente cumprindo medida socioeducativa de internação que é eficaz ao centralizar o que o jovem pensa sobre si mesmo como principal força de mudança em sua trajetória. O projeto confia na autonomia do jovem e em sua livre expressão, apresentando a futuras pesquisas os subsídios para observar, repensar e criticar as medidas socioeducativas no Brasil.

Em seu conteúdo geral, as cartas escritas nos apresentam um cenário de interrupções na trajetória escolar desses adolescentes, ao passo que também colocam a escola em um lugar de esperança, retorno e de garantia de direitos. Como observa Pelvini (2024), é importante analisar a mensagem dos jovens para que possamos pensar sobre

os currículos escolares e como estão garantindo a permanência dos adolescentes na escola, para que proporcionem uma educação integral como garantia da liberdade.

Também apresenta uma metodologia diferenciada e inédita de articulação entre instituições, uma privada e outra pública, e como essa parceria pode ter um impacto, ainda que em longo prazo, não apenas nas próprias instituições, mas também nas vidas dos jovens e na maneira como os currículos escolares os enxergam. O trabalho com as cartas aqui apresentado amplia o impacto da socioeducação e nos apresenta um outro olhar para a existência dessas adolescências – e também para sua reexistência, considerando todas as contradições sociais em que vivem, assim como a quebra dos limites entre as instituições envolvidas.

Neste artigo, ressaltamos a importância de a escola reservar algum tempo para a observância de ações socioeducativas que estão para além da educação básica e formal, como forma de inspiração para promover o inédito viável em outras ações pedagógicas; assim como recomendamos a leitura do trabalho original para que se criem novas pesquisas, dando continuidade ao trabalho nessa temática.

REFERÊNCIAS

- ARROYO, M. *Vidas re-existent: reafirmando sua outra humanidade na história*. Petrópolis: Vozes, 2023.
- BRASIL. *Sinase - Sistema Nacional Socioeducativo*. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, 2006.
- CERQUEIRA, D. *Atlas da violência*. São Paulo: FBSP, 2023.
- CERQUEIRA, D. *Atlas da violência*. São Paulo: FBSP, 2024.
- CHIZZOTTI, A. *Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais*. Petrópolis: Vozes, 2011.
- COSTA, A. C. G. da. *Protagonismo juvenil: adolescência, educação e participação democrática*. São Paulo: FTD Educação, 2005.
- CYMROT, D. *O funk na batida: baile, rua e parlamento*. São Paulo: Edições Sesc, 2022.
- FREIRE, P. *A importância do ato de ler*. São Paulo: Autores Associados, 1982.
- GRAMSCI, A. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- LIMA, C. N. de. *O fim da era Febem: novas perspectivas para o atendimento socioeducativo no estado de São Paulo*. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- MC NATHAN ZK. *Se a vida mudar*. Produção: Gui da Norte, 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=DyBKplmNDCo>. Acesso em: 26 dez. 2024.

- NERI, J. F. de O. *Currículo escolar e enfrentamento à violência sexual intrafamiliar contra a criança e o adolescente no município de São Paulo*. 2018. Tese (Doutorado em Educação: Currículo) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.
- PELVINI, R. *Cartas para CASA: reflexões sobre os sentidos da escola para jovens em conflito com a lei*. 2024. Dissertação (Mestrado em Educação: Currículo) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2024.
- PONCE, B.; LEITE, C. Em busca da justiça curricular: as possibilidades do currículo escolar na construção da justiça social. *Revista e-Curriculum*, São Paulo, v. 17, n. 3, p. 794, 2019.
- PONCE, B.; NERI, J. F. de O. A justiça curricular, a violência sexual intrafamiliar (VSI) e o direito à aprendizagem. *Revista e-Curriculum*, São Paulo, v. 15, n. 5, p. 1223, 2017.
- SILVA, T. *Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2023.
- SOUZA NETO, J. *Crianças e adolescentes abandonados: estratégias de sobrevivência*. São Paulo: Arte Impressa, 2002.
- YOUNG, M. Teoria do currículo: o que é e por que é importante. *Cadernos de Pesquisa*, v. 44, n. 15, 2014.

Recebido em: 19.02.2025

Aprovado em: 10.01.2026